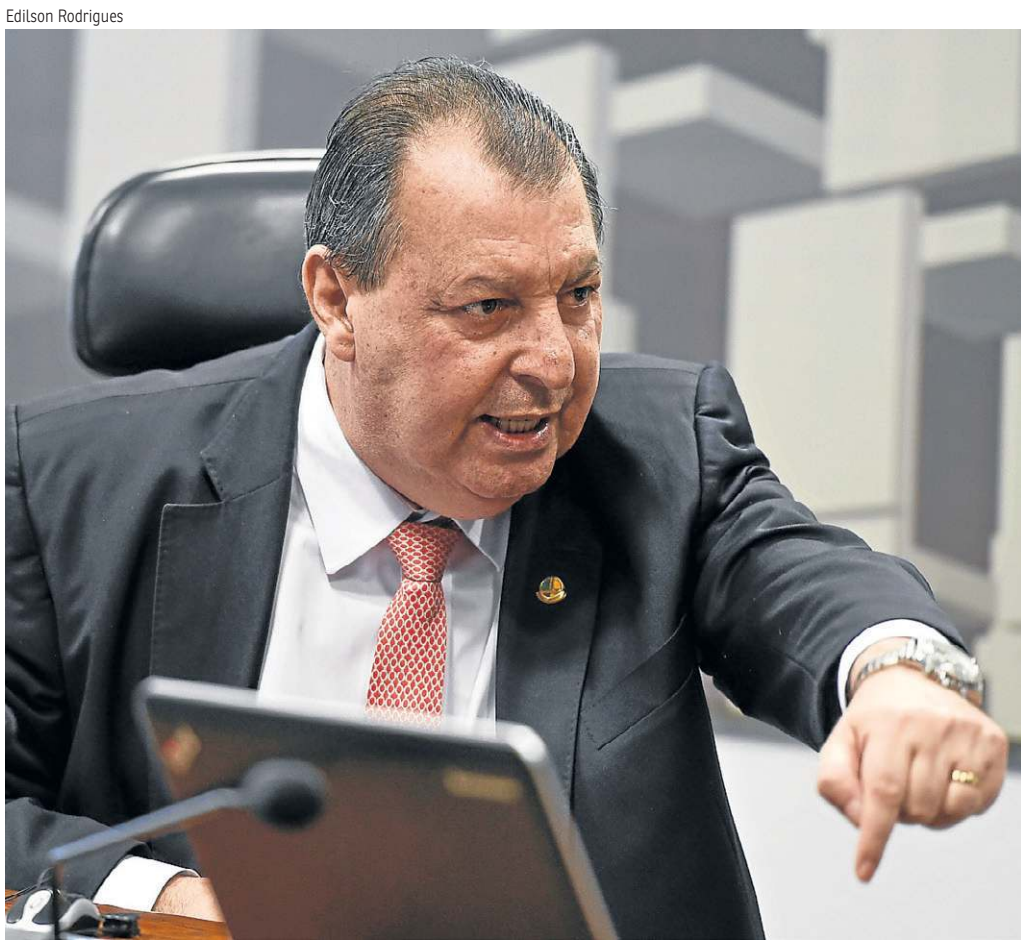
Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Edilson Rodrigues



De olho no relator

No Senado, o relator do arcabouço fiscal deve ser Omar Aziz (PSD-MA). Presidente da CPI da Covid, em 2021, ele é aliado do presidente Lula e também do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). É um bom interlocutor do presidente regional do PSD, Paulo Octávio, que já, inclusive, buscou apoio do presidente nacional, Gilberto Kassab, para tentar reverter as mudanças na correção do Fundo Constitucional do DF aprovadas pela Câmara dos Deputados. O primeiro contato será com Pacheco. Uma audiência já foi pedida.

Em campo

O governador Ibaneis Rocha (MDB) também entrou em campo e marcou uma audiência com Omar Aziz.

Junho decisivo

O líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), disse que o arcabouço deve ser votado no plenário do Senado até o fim de junho. Antes, a matéria deve passar pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Maior bancada

Se o PSD de Paulo Octávio votar unido contra as mudanças no Fundo Constitucional, serão 16 votos a favor do Distrito Federal. O partido tem a maior bancada no Senado. Também será uma vitória se o PP realmente assumir uma postura de defesa do Fundo, como prometeram a vice-governadora Celina Leão (PP) e o presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI). Mais seis votos.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Foco

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) diz que está na suplência da CPMI do 8 de janeiro, mas vai trabalhar bastante. Já apresentou 96 requerimentos. "Meu foco principal é mostrar que o governo federal poderia ter evitado tudo que aconteceu em 08 de janeiro e que o DF não pode pagar essa conta sozinho", afirma.

Carlos Vieira/CB



Mais um desafio

O ex-governador Rodrigo Rollemberg (PSB) — atual secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços — foi indicado ontem pelo vice-presidente Geraldo Alckmin para assumir a presidência do Conselho Administrativo do Centro de Bionegócios da Amazônia. "Que responsabilidade!! Que desafio!", disse Rollemberg.



À QUEIMA-ROUPA

AGNELO QUEIROZ (PT)
Ex-governador

"Essa é uma luta suprapartidária em defesa da sobrevivência da capital do Brasil"



Minervino Júnior/CB/D.A.Press

O senhor foi governador e sabe dos desafios de gestão na capital do país. Como vê essa questão das mudanças na correção do Fundo Constitucional do DF?

Vai significar uma verdadeira tragédia para o DF. Não teremos mais correção acima da inflação. Isso significa que não terá mais aumento de salário para ninguém das três áreas (saúde, segurança e educação). Não teremos expansão dos serviços de saúde, educação e segurança numa cidade que cresce assustadoramente. Já é a terceira cidade em população do Brasil e, portanto, precisa ter condições de ampliação desses serviços. E também teremos um enfraquecimento da qualidade desses serviços de forma brutal, além de uma forte repercussão na nossa economia porque a massa salarial dos servidores tem um grande impacto no nosso PIB. Hoje corresponde a cerca de 40% do nosso PIB. Então, é muito forte.

Por que essa emenda?

Acredito que seja uma visão neoliberal de ataque aos serviços públicos. Mas no caso do DF isso tem um peso assustador porque compromete as áreas essenciais do serviço público e também a economia da cidade porque vai atingir também os outros setores da nossa economia. Lembrando que há recursos no FCDF também para investimentos. Portanto, é muito grave. Muito grave mesmo. Não podemos aceitar isso. Terá uma repercussão muito grande na vida da nossa cidade ao longo dos próximos anos.

Acha que o prejuízo será tão alto como prevê a Secretaria de Planejamento do DF?

O prejuízo será incalculável. Só não vai ser pior porque tivemos agora em 2023 uma correção do Fundo da ordem de 41% e uma média de 10% ao ano e com isso se consegue ter condições de, por exemplo, contratar professores. Hoje temos 15 mil professores em contrato temporário, um absurdo completo. Inclusive é ilegal. Temos que fazer concurso para pelo menos oito mil professores. Há um deficit na saúde brutal. É uma situação dramática que vive a saúde pública no DF. E também na segurança. No meu governo, o efetivo era de 15 mil policiais. Hoje está em torno de 10 mil. Então há uma necessidade de ampliação dos serviços. Então essa proposta é criminosa contra o DF, contra o nosso povo. Aqui temos 3 milhões de habitantes. É absolutamente inaceitável.

Faltou articulação dos políticos do DF, especialmente da bancada de deputados federais, para impedir a aprovação dessa alteração?

Esse assunto é tão sério, diz respeito à sobrevivência da capital do Brasil, que essa luta necessariamente, se for compreendida a extensão dela, tem que ser conduzida pelo governador do Distrito Federal, pela vice-governadora e mobilizar toda a bancada. Essa é uma luta suprapartidária em defesa da sobrevivência da capital do Brasil. A luta deve ser compreendida assim. Tem que ter uma articulação com mais ofensividade. De acordo com a forma que ficar, a redação pode até dificultar um veto presidencial. Faltou mobilizar o povo e todas as entidades.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

PODCAST DO CORREIO/ A advogada criminalista Cristiane Damasceno defende que hajam espaços tranquilos e seguros para as mulheres em seus postos profissionais. Ela destaca a luta contra o machismo e o racismo estruturais

Combate ao assédio no trabalho

» JOSÉ AUGUSTO LIMÃO*

*Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB, Cristiane Damasceno foi a entrevistada de ontem do Podcast do Correio, programa semanal do **Correio Braziliense**. Em conversa com as jornalistas Adriana Bernardes e Sibele Negromonte, a advogada falou sobre o projeto de lei que altera o estatuto da advocacia (Lei 8.906/1994) para incluir assédio e discriminação como infração ético-disciplinar (PL1852/2023). "Nós precisaríamos ter espaço tranquilo para as mulheres como os homens têm. Tem os riscos da violência diária pelas quais nós passamos do momento em que saímos de casa até chegarmos no ambiente de trabalho", declarou.*

Mariana Lins



Cristiane Damasceno é presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB

O que é o PL 1852/2023?

Na OAB-DF, temos algumas campanhas permanentes: a do racismo, a das violências contra as mulheres e a do assédio, especialmente. Porque nós percebemos que, além de abrirmos espaços, como nós tivemos a paridade agora dentro da instituição [52% da advocacia é feminina], as mulheres ocupam metade dos assentos diretivos. Nós precisaríamos ter espaço tranquilo para as mulheres como os homens têm. Tem esses riscos da violência diária pelas quais nós passamos do momento que saímos de casa até chegarmos no ambiente de trabalho. Quando se fala em machismo estrutural, ele entra até nos nossos costumes e no nosso cérebro mesmo. A gente nasceu e cresceu tendo uma informação. E determinados tipos de brincadeira e de elogios são travestidos assim — e, na verdade, são assédio.

E o que muda, na prática?

Primeira coisa: nós queríamos instruir as mulheres para poder desvendar essa coisa do que o assédio é. Nós caminhamos essa campanha por todo o nosso território nacional, pelas 27 seccionais, especialmente em Goiás e Minas Gerais, que são dois locais muito grandes. Nós interiorizamos essa campanha. Serviu para os homens se atentarem para o que isso representa, começou-se a ter um freio. Mas a gente começou a perceber que eles começaram, mesmo assim, com algumas piadas. "Agora tudo é assédio, paquerar também é assédio". É, dentro do ambiente de trabalho é, sim. Mas serviu, principalmente, para as mulheres se encorajarem e entenderem melhor o que isso.

Dentro da advocacia, há um preconceito racial também?

Como uma mulher preta, digo: mesmo velado, ele existe sim. Racismo não é brincadeira, é crime, porque existe código mental também. Você olha para uma pessoa branca, é uma coisa; quando olha para uma pessoa negra, você não vê a mesma competência. Porque você não olha para a pessoa, olha para a cor. Nós queremos saber para melhorar, e dentro desses projetos, na comissão nacional, nós estamos fazendo recorte de raça também. Por isso que eu dou visibilidade para as mulheres pretas em tudo, absolutamente tudo que a gente faz. Nós vamos fazer um grande evento de saúde no Amazonas, agora, e obrigatoriamente eu trouxe uma CEO negra, da Netflix, para falar em um lugar de destaque. Temos que começar a mudar essa visão que temos sobre as posições também. Eu prefiro às vezes não falar, e deixar uma mulher preta ou indígena falar porque eu me sinto completamente representada por ela. Então, esse cuidado hoje a gente tem, pois não basta só a gente falar. Você tem que fazer. Colocar as pessoas nessa posição. Dentro da OAB, nós adotamos as cotas também para pessoas pretas. Nós hoje somos 30%, pela primeira vez nós temos conselheiras, mulheres e pretas, sentadas na bancada de São Paulo, Paraná, Rondônia, Brasília. Coisa que não tínhamos.

Como você vê hoje no Judiciário essa questão do feminicídio?

Quando chegamos especialmente nas varas de famílias, de violência doméstica, e nas criminais, que são as que lidam com essas mazelas, a gente precisa de pessoas não só com olhar no direito, precisa de transversalidade. Não basta só a pessoa ser concursada e saber tudo do direito, e não ter esse posicionamento transversal, de entender essa dor do outro. Então, a gente pega muitos casos em que vemos a família destroçada com as crianças no meio dessa confusão. E aquele tensionamento onde todo mundo está tratando aquilo ali como se fosse uma letra da lei. Então, penso eu, que o Judiciário tem que começar a entender que o problema é social também.

***Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti**